



ELEIÇÕES 2014

Boletim sobre o processo político em São Tomé e Príncipe

Número 5 – 31 de outubro de 2014

Editor: Deodato Capela Colaboradores: Ana Cunha, Leoter Vieira e Valter Gonçalves

Publicado por CIPSTP, Centro de Integridade Pública de São Tomé e Príncipe

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte.

www.cipstp.st/boletim

Balanço de XV Governo Constitucional de São Tomé e Príncipe

O Centro de Integridade Pública de STP irá analisar o Balanço de XV Governo Constitucional na Execução Orçamental e Suas Implicações na Implementação dos Programas Prioritários no Período de 2012-2014.

««

DISCURSO DE BALANÇO DA GOVERNAÇÃO SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO E CHEFE DO GOVERNO, GABRIEL ARCANJO FERREIRA DA COSTA 28 de Outubro de 2014

Proponho-me, nesta comunicação, refletir sobre as principais realizações do XV Governo Constitucional, exemplificando as iniciativas tomadas e ações concretizadas durante uma governação que enfrentou constrangimentos exógenos e pressões internas de vária ordem.

Arriscar-me-ei a dizer, a este propósito, não com uma visão heroica, mas com o espírito de responsabilidade e de humildade, que apesar de todas as dificuldades que tivemos de enfrentar, conseguimos cumprir a missão que nos foi confiada.

Conseguimos manter o clima de estabilidade e paz. Conseguimos dar provas da nossa vontade de defender e de servir os interesses de S. Tomé e Príncipe. Conseguimos governar, no melhor sentido do termo, e deixar clara a nossa preocupação com o futuro do nosso País, com o desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe e a criação de condições para a melhoria do bem-estar do nosso Povo.

A autoridade do Estado foi exercida, com senso e determinação, quando foi estritamente necessário para não permitir o caos que ameaçava tomar conta do País.

A conjuntura política e económica que marcou a entrada em funcionamento deste Governo em várias vertentes, particularmente o elevado clima de tensão política reinante no País, a acentuada diminuição da ajuda pública ao desenvolvimento como consequência da crise económica e financeira, dentre outras questões, ilustra a complexidade das condições de governabilidade do País que tivemos que enfrentar.

Procurando com coragem a resolução dos problemas, deitando mãos à obra em domínios cruciais para o bem-estar dos nossos concidadãos, como sejam a habitação, o ensino, a saúde, abraçando a causa da recuperação das casas dos trabalhadores das empresas agrícolas, lançando projetos de luta contra a pobreza e exclusão social, mediante a concessão de créditos às palaiês, aos jovens empreendedores, o Governo esteve à escuta dos principais anseios das populações e não poupou esforços, apesar de todas as adversidades, para que o seu desempenho marcasse uma etapa diferente no exercício do poder, funcionando em articulação com os outros órgãos de soberania.

Por conseguinte, a situação em S. Tomé e Príncipe que pretendo por aqui em evidência, nalguns aspetos ainda longe do desejável, certo pelo panorama que encontramos, conheceu algumas melhorias que nessa hora de balanço merecem ser destacadas:

- Não obstante a conjuntura desfavorável, em termos reais a economia conheceu um crescimento em torno dos 4% que correspondem à mesma média de crescimento registado nos últimos 5 anos.
- A taxa de inflação conheceu uma forte contração, tendo atingido 7,1% no final de 2013 contra 11,9% e 10,4%, registados em 2011 e 2012 respetivamente. É um dado inquestionável que, depois de várias décadas, pela primeira vez a inflação atingiu a marca de um dígito.
- No sector monetário, o ativo Externo líquido, depois de uma relativa recuperação em 2012, conheceu um forte crescimento, representando 39% em 2013.
- A variação percentual do valor de Crédito Líquido à economia vem indicar um forte nível de estabilidade – apenas 1,3% em relação a 2010 – explicado, sobretudo, pela crescente diminuição do valor de crédito líquido ao Governo.

Os níveis de reservas internacionais líquidas conheceram uma forte variação positiva de 116% em 2013, quando comparados com o valor de 2010, quando tinha conhecido um crescimento de 56% em 2011.

- O défice de balança comercial sobre o PIB conheceu uma relativa estabilidade em 2012 e 2013, na medida em que representou cerca de 14% em relação à percentagem verificada em 2010.
- Ao nível das Finanças Públicas, a percentagem do Stock da Dívida em relação ao

PIB conheceu um decréscimo na ordem dos 7,3% em 2013 quando comparados os exercícios económicos de 2010 e 2013, ou seja, 72% observado em 2013 contra os 78,13% registados em 2010. Trata-se de um sinal de crescente nível de restrição de acesso à ajuda pública ao desenvolvimento, associado ao esforço de controlo do nível de endividamento externo, na medida em que este indicador tinha conhecido um crescimento de 4,2% em 2012.

Pese embora as dificuldades decorrentes da crise económica e financeira internacional, que é do conhecimento de todos, registaram-se nos últimos 22 meses progressos assinaláveis que estão associados à política de rigor e de transparência na gestão da coisa pública.

Devido à própria conjuntura interna, registou-se uma enorme pressão sobre as despesas, resultantes das reivindicações salariais e outras, muitas vezes estimuladas pela oposição para dificultar a ação governativa.

Mobilizamos recursos destinados à execução do Programa de Investimento Público, nomeadamente o Crédito de Angola e do Fundo do OPEC para o Desenvolvimento Internacional (OFID) destinado ao financiamento de abastecimento de água à cidade de Neves e arredores.

Obtivemos donativos do BAD, da República Democrática de Timor-Leste e do Banco Mundial.

Em suma, o volume de recursos externos mobilizados por este Governo em 22 meses é de longe superior ao que o anterior Governo conseguiu mobilizar em 28 meses de governação.

Tivemos que honrar muitos compromissos assumidos pelo anterior Governo, enquanto sinal claro de responsabilidade governativa, na medida em que o não pagamento das dívidas contraídas no mercado interno constituía uma séria ameaça para o empresariado nacional, que corria o risco de perder os seus bens.

Regularizamos a situação de indefinição de muitos agentes do Estado que se encontravam, em situação irregular quanto ao seu vínculo com a administração. Corrigimos a situação de desigualdade que subsistia quanto à idade da reforma das mulheres.

Asseguramos a conectividade da base de dados dos contribuintes entre a Direção das Alfândegas e a Direção dos Impostos com o objetivo de combater a evasão fiscal e permitir assim um maior rigor na gestão tributária e o conseqüente incremento do nível de arrecadação de receitas.

No âmbito da [transparência](#) na utilização dos recursos públicos, este Governo

submeteu ao Tribunal de Contas para parecer as Contas Gerais do Estado e as Contas de Gerência dos serviços e organismos sujeitos ao controlo financeiro deste Órgão Supremo relativas ao ano 2010 e 2011, constituindo este facto um passo importantíssimo na gestão transparente da coisa pública, o que não acontecia há mais de duas décadas.

Realizamos a Mesa Redonda de Doadores durante a qual o Governo apresentou aos parceiros bilaterais e multilaterais um Plano de Ações Prioritárias com base na Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, para o período compreendido entre 2013-2016.

Realizamos a Reunião de Pequenos Estados Insulares com a participação de Barbados, Seychelles, Banco Mundial, Sociedade Financeira Internacional, Fundo Monetário Internacional e diversas outras organizações para troca de experiência em torno de ferramentas de gestão pública e privada, capazes de facilitar o processo de transformação das potencialidades endógenas da nossa economia em projetos concretos, catalisadores do desenvolvimento económico.

Procedemos ao lançamento do Guiché Único para Comércio Externo, visando a simplificação de todo o processo de importação e exportação, mediante a centralização das tramitações.

Lançamos o Projeto de Apoio à Gestão Económica e Financeira, envolvendo diversos sectores da administração pública, entre eles, a ENASA, AGER, INAC, Impostos, Alfândegas, Contabilidade Pública, Justiça e Património. Lançamos o Programa Inclusão Fiscal, visando o alargamento da base tributária, tendo como finalidade uma maior justiça fiscal.

Essas realizações são reveladoras da nossa linha de orientação política, virada para a necessidade premente de uma atenção cuidada aos reais problemas com que a população se confronta, particularmente as franjas mais pobres e vulneráveis.

A nossa diplomacia empenhou-se em mobilizar a comunidade internacional a favor do desenvolvimento do país. Conseguimos manter a credibilidade da nossa democracia, graças à nossa determinação na defesa dos valores de liberdade e dos direitos fundamentais do cidadão, não obstante a ofensiva desencadeada pela oposição com o objetivo de por em causa todas as iniciativas de mobilização de recursos e descredibilizar o País e as suas instituições.

Foram dados passos importantíssimos no reforço das nossas relações, quer bilaterais, quer multilaterais e com os nossos parceiros estratégicos. Destacase a medida de supressão de vistos para os homens de negócios no quadro das nossas relações privilegiadas com Angola. Também merecem destaque as ações realizadas no quadro da integração regional, através do relançamento das

relações com Chade, Camarões, Congo-Brazaville e Guiné Equatorial.

Face à frequência das relações comerciais com os Camarões, o Governo obteve das autoridades Camaronesas as facilidades de obtenção de visto no aeroporto para os nossos comerciantes que já não vão precisar de ir a Libreville obter o visto para entrar nos Camarões.

Nós demos início ao Programa Indicativo Plurianual (PIP) no âmbito do 11º FED, para o período 2014 – 2020, com a definição dos sectores de concentração, designadamente Água e Saneamento, e Agricultura e Desenvolvimento Rural, tendo a UE alocado um montante 28 milhões de euros, estando previsto como modalidade de execução o apoio orçamental sectorial.

Pela boa execução dos programas, foi alocado ao País no quadro do 10º FED um bónus no valor de 3.4 milhões de euros destinados ao financiamento das obras de reabilitação das estradas de “Gaspar - Sundry”, “Agostinho Neto” - “Caldeiras” e o “Cais do Porto do Príncipe”.

No quadro do Programa de Apoio ao Comércio e Integração Regional (PACIE) inscrito no Programa Indicativo Regional para a África Central do 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento, desencadeamos ações junto à UE e à CEMAC na perspetiva de utilização do valor disponibilizado para a compra de um barco, tendo em vista o incremento do desenvolvimento das trocas comerciais com os países da sub-região.

Reconhecemos o inestimável serviço que as Forças Armadas prestam aos interesses nacionais no cumprimento da missão insubstituível de defesa da soberania e da independência nacional.

É gratificante dar-mos conta de que, para prestigiar a condição militar e estimular a dedicação e o profissionalismo, superando a complexa questão dos recursos financeiros limitados do Estado, conseguimos no contexto das nossas possibilidades adquirir fardamentos, material de aquartelamento, meios rolantes e outros destinados às forças de defesa e segurança.

Conseguimos eliminar alguns gastos supérfluos e, sobretudo, harmonizar a grelha salarial que era motivo de grande descontentamento no seio das Forças Armadas.

Importa realçar que procedemos a revisão do diploma relativo ao Estatuto do Pessoal das Forças e Serviços de Segurança (FSS); aprovamos a Lei Orgânica da Polícia Nacional; introduzimos a nova tabela salarial para as forças militares e paramilitares; construímos a Escola Prática da Polícia Nacional; reabilitamos o Comando Militar da Região Autónoma do Príncipe; assinamos com Portugal um Acordo de Fiscalização

Marítima e procedemos à regularização das questões promocionais pendentes.

Para enfrentar com sucesso os desafios inerentes à proteção do meio ambiente e à segurança da navegação, fizemos a aquisição de um barco para patrulhamento das nossas águas, estando igualmente prevista a chegada ao País de mais duas embarcações no quadro da cooperação com Brasil e Portugal.

Constitui motivo de satisfação o facto de saber que as ações de combate à pirataria marítima levadas a cabo pela Guarda Costeira e a firmeza demonstrada pelo Governo, relativamente à questão dos barcos que exerciam atividades não autorizadas pelas autoridades competentes, fizeram diminuir consideravelmente a presença desses navios no nosso território marítimo.

Nesse longo e esforçado caminho – um caminho sem o qual o País teria hoje um rosto bem diferente - procedemos a iluminação da pista do aeroporto, que estava sem luz durante cerca de sete anos. Não há dúvidas de que, com esta acção, passamos a ter voos noturnos e uma situação mais promissora quanto à ligação com o exterior. Tiramos o País da lista negra da Aviação Civil, fizemos a aquisição de um Veículo de Bombeiros e uma Ambulância.

Mudamos a Direção da ENASA, o que teve um impacto imediato no funcionamento dessa empresa. O Aeroporto Internacional de S. Tomé e Príncipe passou a ter novo rosto - uma necessidade imperiosa, reconhecida como condição essencial do desenvolvimento.

A ninguém pode passar despercebido que o estudo sobre o aceleração do desenvolvimento económico, realizado pela Mckensy, resultou de uma visão estratégica para o desenvolvimento económico e social de São Tomé e Príncipe, no qual foram identificados os projetos prioritários de investimento para que o País possa duplicar o seu crescimento no espaço duma geração.

Porém, devemos reconhecer com toda a humildade que os esforços para apoiar o desenvolvimento do sector privado santomense, nomeadamente na identificação dos constrangimentos e resolução dos problemas, com o objetivo de facilitar e incrementar o desenvolvimento do sector, ainda não surtiram o efeito desejado, particularmente no que tange à mobilização de recursos financeiros para lutar contra a descapitalização do sector privado.

A redução da taxa de juros de referência do Banco Central passou de 16% para 12%, mas ainda não é significativo face ao peso que as mesmas representam para os que recorrem à banca para financiar o seu investimento.

Infelizmente o Estado ainda está muito presente na nossa economia e continua ainda a ser o principal empregador. É preciso que tenhamos a exata dimensão dos inúmeros

problemas com que nos confrontamos no nosso dia-a-dia.

No sector de Energia, concluímos o processo de requalificação do canal de Água Zinco, da Ponte-Canal SATON e do canal de Rebordelo destinado a abastecer a câmara de carga da Central Hidroelétrica de Contador.

Procedemos à extensão da rede MT (média tensão a 30 KV) em S. Tomé, no valor de 6,331 milhões de dobras. Construimos uma Linha AT (Alta Tensão a 60 KV) entre a Central de Santo Amaro e a Central de S. Tomé e uma subestação na Central de S. Tomé, no valor de 93.242 milhões de dobras.

Procedeu-se à requalificação da rede de Baixa Tensão, incluindo baixadas aos clientes em cabo torçado em 16 aglomerados populacionais no valor de 2.750.000 euros. Estão em curso os projetos de construção de Linhas de Média Tensão, de Baixa Tensão e de Postos de Transformação em várias localidades.

O Governo investiu um montante de 7.604 milhões de dobras na reconversão e extensão da linha de baixa tensão em cabo torçado em várias localidades do País e cofinanciou com o Governo Regional a aquisição de geradores para aumentar a capacidade energética na Região Autónoma do Príncipe.

Na área da exploração petrolífera, reconhecemos que a saída da Total do Bloco 1, na Zona de Exploração Conjunta, criou algumas dificuldades ao País que contava dispor, a partir de 2015, de receitas provenientes do petróleo para o orçamento do Estado. Porém, foram prosseguidas ações que conduziram à manifestação de interesse de outras companhias no referido bloco.

Foi identificada uma empresa que garante a tecnologia para exploração da reserva comprovada de petróleo estimada em cerca de 100 milhões de barris.

Na zona económica exclusiva foram adjudicados o bloco 2 para um consórcio angolano e o bloco 11 para a empresa ERHC.

Um dos problemas infraestruturais básicos das nossas populações é o da água potável, por isso, o Governo procedeu à construção de um Sistema de Captação e Tratamento de Água para reforçar o sistema de Monte Macaco, no montante de 4,8 milhões de Euros.

Iniciamos o projeto relativo ao Sistema de Abastecimento de Água Potável em Ribeira Afonso e Alto Douro, estimado em 3,6 milhões de dólares, com financiamento do BADEA e do Governo. Concluímos o Acordo de Empréstimo Concessional, aceite pelo OPEC Fund for International Development (OFID), para o cofinanciamento do GAP de 3 milhões de dólares para o Projeto de Abastecimento de Água Potável em NEVES, no montante de 6,5 milhões de dólares. Projetamos o reforço das infraestruturas de base do sistema de abastecimento de água de Cangá-Cruzeiro-Folha Fede- Pau Sabão (Rio Manuel Jorge).

Reabilitamos a rede de distribuição de água de Praia Cruz, Praia Gambôa e Loxinga, mediante a instalação de 7.000 metros de conduta e construção de chafarizes, com o financiamento Americano. Inauguramos o sistema de abastecimento de água potável de Changra, no valor 4,2 milhões de dólares.

Instalamos Laboratórios para análises Físico-Químicas e análises Bacteriológicas das águas da EMAE, para garantir a boa qualidade de água para consumo humano.

Celebramos o Acordo de Empréstimo no montante de 7,5 milhões de dólares com o BADEA para financiamento do projeto de abastecimento de água potável à Cidade de Santana e Água Izé.

No que respeita aos projetos estruturantes de âmbito nacional, mantivemos uma atenção constante no sentido da estabilidade e da continuidade nas opções estratégicas fundamentais para o país.

Assim, face a necessidade de proteger o ambiente para as gerações vindouras, o Governo foi lidando com as dificuldades que impediram o avanço mais célere do processo de construção da barragem sobre o Rio Iô Grande, por razões ecológicas e dada a necessidade de dar uma resposta articulada aos perigos ambientais legitimamente invocados.

Partilhando a responsabilidade de não perder a oportunidade de desenvolvimento que a construção do Porto de Aguas Profundas em Fernão Dias representa para o nosso País, o Governo trabalhou com o Grupo do Banco Mundial, nomeadamente a Sociedade Financeira Internacional, no estabelecimento de um quadro mais equilibrado nas relações de parceria estabelecidas que permita a execução do projeto em condições vantajosas para o País e de harmonia com a nossa capacidade de endividamento.

No sentido de dar ao sistema autárquico e regional os meios infraestruturais necessários ao papel insubstituível que as coletividades locais têm no desenvolvimento dos seus territórios, particularmente as mais pobres, em parceria com o PNUD mobilizamos cerca de 16 milhões de dólares para projetos e obras nos Distritos e na Região Autónoma.

Atentos às políticas económico-sociais que podiam influenciar a criação de empregos, sobretudo para as gerações mais jovens, encorajamos a entrada no mercado de operadores económicos estrangeiros.

Registamos com satisfação o desempenho do Governo a favor do desenvolvimento da agricultura, das pescas e da produção alimentar.

Foram construídas de raiz 6 casas germinadas (12 apartamentos) para os agricultores em Guegue, estando em curso a construção de 6 casas germinadas (12

apartamentos) em Lembá, 6 casas geminadas (12 apartamentos) em Benfica, 3 casas geminadas (6 apartamentos) em Canavial, 3 casas geminadas (6 apartamentos) em Vista Alegre e 3 casas geminadas (6 apartamentos) em Bela Vista (Príncipe).

Reabilitamos casas para os agricultores em Queluz - 5 casas comboio (48 apartamentos), 10 casas de banho e 2 cozinhas sociais; em Praia das Conchas - 5 casas geminadas (10 apartamentos), 10 cozinhas e 10 casas de banho; em Pinheira - 22 apartamentos.

Reabilitamos 6 sistemas de irrigação, nomeadamente em Camavo/Pinheira, Plancas I e II, Caldeiras, Canavial e Mesquita/Uba Cabra.

Concluimos a reabilitação de 4 pistas rurais em S. Tomé (S. José a Troço EN3, de S. José à S. Carlos, de Milagrosa a Quinta das Flores e de Caldeira a Boa Esperança).

No Príncipe foram concluídas 2 pistas rurais (de Ponta das Palmeiras à S. António e de Pincaté à Ponta de Sol), estando em curso a reabilitação das pistas rurais de Praia Campanha e Ponta de Sol.

O Governo emitiu 3.000 títulos de posse de terra aos agricultores.

No domínio das Pescas, o Governo procedeu a distribuição de materiais e apetrechos de pescas para as associações dos pescadores nas diversas zonas. Reabilitamos o Centro de Transformação do Pescado e distribuimos equipamentos de pescas e de Segurança Marítima para a pesca semiindustrial e artesanal. Construimos o Ateliêr para a fabricação de botes em fibra de vidro e 2 mercados de venda de peixe, devidamente equipados com máquina de gelo e câmaras de conservação. Iniciamos a construção do Edifício da Direção das Pescas e o Laboratório de Pescas.

Concedemos créditos a mais de 400 palaiês de diversas praias do País. Assinamos o Acordo de Pescas com a União Europeia.

No domínio da pecuária, importamos animais para distribuição, nomeadamente cento e dez bovinos de raça Nelore importados do Brasil para melhorar a performance genética das raças locais, 56 suínos de raça Large White e Landrace e 28 asininos, espécie que se encontrava extinta no País.

No domínio da Educação, aperfeiçoamos a democratização do acesso ao ensino e ao conhecimento, tendo o sistema educativo conhecido melhorias significativas, destacando-se as seguintes ações realizadas pelo Governo nesta área:

Instituímos a primeira Universidade Pública de São Tomé e Príncipe.

Concluimos o maior Centro de Formação Profissional do País com financiamento Brasileiro, avaliado em mais de Cinco Milhões de Dólares Americanos.

Implementamos o Estatuto de Carreira Docente e melhoramos o sistema remuneratório no sector.

Concluímos as obras da Escola Secundária de Ribeira Afonso, o Centro Artesanal de Praia Lagarto (BAD), a Incubadora de Empresas no Centro Politécnico (BAD), a ampliação da Escola Secundária de Padrão (Príncipe), a Escola Básica do Aeroporto (Príncipe).

Encontram-se na fase de conclusão a Escola Secundária de Porto Alegre, a reabilitação da Escola Básica de Folha Fede, a Escola Básica de Agostinho Neto, a ampliação da Escola Secundária Básica da Trindade-Centro com seis (6) salas, a Escola Básica de Diogo Simão, a reabilitação da Escola no Hospital de Diogo Vaz.

Reabilitamos o Museu Nacional, lançamos o concurso para a colocação de internet em vinte e sete Escolas Básicas e Secundárias e fizemos a aquisição de novos autocarros escolares que já começaram a chegar ao País.

No âmbito das ações levadas a cabo pelo Governo com vista a uma educação mais inclusiva, pela primeira vez, instituímos no País o Alfabeto da Língua Gestual e publicou-se o Dicionário da Língua Gestual. Procedeu-se à formação de dois formadores em Braille, para a escolarização dos cegos e foram criadas duas turmas no ano letivo 2014/2015 para a escolarização básica de surdos/mudos.

Procedemos à descentralização do 2.º Ciclo do Ensino Secundário (Curso Diurno) nos Distritos de Cantagalo, Caué, Lembá e Mé Zóchi. Descentralizamos os Cursos Secundários Profissionalmente Qualificantes (2.º Ciclo do Ensino Secundário – Curso Noturno) nos Distritos (abarcando Humanidades/Direito, Gestão e Administração e Turismo e Comunicação Social).

Concluímos o Acordo de Donativo do GPE (Parceria Global para a Educação) num montante total de Dois Milhões de Dólares Americanos para o triénio 2014 – 2016. Obtivemos um Donativo do Banco Mundial no valor de Três Milhões e Meio de Dólares Americanos para apoiar a melhoria da qualidade do ensino, formação de professores e avaliação das aprendizagens, para o triénio 2014 – 2016.

No âmbito da promoção do turismo, iniciamos em ANANBÔ o projeto de requalificação dos sítios turísticos. Institucionalizamos o dia do Turismo e a Semana do Turismo no País. Inauguramos o museu café, realizamos ações de formação em diversas áreas e adotamos textos normativos relacionados com atividades turísticas e similares, destacando-se ainda a nossa participação em feiras internacionais de Turismo para promoção do País. Preocupámo-nos com a preservação do património cultural e arquitetónico, criando condições para o lançamento do concurso público internacional numa perspetiva de

melhor aproveitamento das casas das antigas roças coloniais e do desenvolvimento sustentável do agro e do ecoturismo.

Elaboramos e validamos a Estratégia para o sector de Comércio 2015-2025, procedemos a atualização do Memorando do Regime do Comércio Exterior de STP.

Importa sublinhar que, no âmbito das relações que temos com o Japão, as devidas démarches já foram feitas, visando viabilizar o fornecimento do arroz proveniente da ajuda do Japão. Nesse sentido, está previsto abastecimento do País com um total de 85.848 sacos de arroz, correspondentes a 2.575, 4400 TM. A previsão de chegada desse donativo ao País é a seguinte: 27.208 sacos correspondentes a 816,2400 TM em 15 de Novembro de 2014; 29.356 sacos correspondentes a 880,6800 TM em Janeiro de 2015; e 29.284 sacos correspondentes a 878,5200 TM em Maio de 2015.

No âmbito da feitura de leis, adotamos o diploma sobre o Regime Jurídico dos Preços de Bens e Serviços, a Lei sobre Actividade Comercial, a Lei sobre Sanidade Vegetal, o Código Comercial e o Código das Sociedades Comerciais, a Lei sobre o Comércio Electrónico e Assinatura Digital, a Lei sobre Parceria Público Privada, a Lei sobre a Propriedade Intelectual.

Criamos a Agência de Promoção de Comércio e Investimento.

Ao nível da indústria, foi aprovado o Decreto que transforma o SENAP em Serviço Nacional de Propriedade Industrial e promovido o lançamento do Programa Empreendedorismo Turístico e Industrial (PETI).

No que concerne aos sectores da Juventude e Desporto, podemos destacar a criação da Organização Nacional Antidoping, a aprovação da Ratificação da Carta Africana da Juventude, a aprovação do Regime Jurídico da Associativismo Jovem e a aprovação da Lei de Mecenato.

Demos início às obras de construção do Campo de Futebol da Trindade e reiniciamos as Obras do Campo de Ex- Sniec, a construção de Centros de Interação Jovem em varias localidades do País, com ênfase para as empresas agrícolas, a criação / implementação de 2 Praças Digitais (Praça da Juventude, Vila de Madalena). Também procedemos à distribuição, em parceria com a ONG Humanity International First, de 100 computadores portáteis para Organizações Juvenis parceiras.

Ao nível da Comunicação Social, os órgãos estatais, nomeadamente a Rádio Nacional, a Televisão Santomense e a Agência Noticiosa STP-PRESS, foram apetrechados com equipamentos para reportagem e estúdios, equipamentos

informáticos, mobiliário, meios rolantes; as suas instalações foram alvo de reabilitação; beneficiaram de diversas ações de formação.

Para ir ao encontro das aspirações dos jornalistas e técnicos, o Governo aprovou os diplomas sobre a taxa audiovisual e o Estatuto de Carreira dos jornalistas e técnicos da Comunicação Social. Foram elaborados os Estatutos relativos à criação da Empresa Pública de Rádio e Televisão, tendo sido igualmente elaborado o projeto atinente à passagem do sistema analógico para o digital na TVS.

Procuramos através das melhorias introduzidas criar as condições necessárias para fazer com que a Comunicação Social desempenhe melhor o seu verdadeiro papel.

Nesta minha última intervenção, enquanto Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, não posso deixar de me referir a uma questão essencial que é a reforma do Estado, na qual se encontra inserida a refundação da nossa justiça. Devido a complexidades e dificuldades surgidas em torno do processo de reforma da Justiça, incluindo no seio da própria maioria que sustentou o Governo, não logramos concretizar este aspeto essencial das nossas preocupações, tendo o Governo se esbarrado contra obstáculos que fizeram com que a sua iniciativa legislativa sobre a criação do Conselho Nacional da Justiça morresse na Assembleia Nacional.

Porém, ninguém pode ter dúvidas de que a Justiça tem de ser reformada enquanto um dos fatores primordiais da construção do Estado de Direito Democrático e do progresso económico, social e cultural. Estamos absolutamente convictos de que a Justiça, enquanto base da paz social, apenas poderá existir através de um poder judicial célere imparcial e eficiente. Tudo isto sem nos esquecermos do sistema político cuja reforma nos parece crucial no quadro de preocupações partilhadas.

A atuação do Governo no que se refere à produção legislativa foi bastante dinâmica, merecendo particular destaque a proposta de lei sobre a responsabilização dos titulares dos cargos políticos e de altos cargos públicos, aprovada pela Assembleia Nacional.

As dificuldades que experimentamos em termos de criação de postos de trabalho, as dificuldades específicas de acesso ao mercado de trabalho e a valorização dos recursos humanos começaram a encontrar resposta, quer com as medidas que adotamos para melhorar o ambiente de negócios e atrair investimentos privados quer com o início do centro de formação profissional e de incubadoras de empresas.

Os problemas relacionados com a prestação dos cuidados de saúde constituíram uma preocupação permanente do meu Governo. Embora continue a persistir situações geradoras de alguma insatisfação relativamente ao sistema de saúde, e que estão diretamente ligadas à questão de sustentabilidade financeira do sistema, o certo é que conseguimos algumas melhorias assinaláveis.

Desde logo, resolvemos pela primeira vez o problema da carreira no sector, concluímos as obras de modernização do Banco de Urgência, melhoramos o sistema de gestão de medicamentos, procedemos recentemente à importação de uma quantidade razoável de medicamentos, assinamos com o Instituto Marquês de Vale Flor um Projeto de Requalificação do Hospital Ayres de Menezes, adquirimos um elevador para o Bloco Operatório, que brevemente chegará ao País.

Retomamos as obras de ampliação do Hospital Manuel Quaresma Dias da Graça na Região Autónoma do Príncipe que se encontravam paradas há vários anos. Iniciamos o processo de aquisição de uma central de gaz medicinal no quadro da cooperação com a Turquia, realizamos obras nos centros de saúde de Cantagalo, Mé-Zóchi e Bombom. Aprovamos o diploma sobre a recuperação de custos ao nível do sector de saúde, bem como a legislação sobre o seguro obrigatório e o fundo de garantia automóvel, cientes que estamos da incidência do aumento vertiginoso do número de acidentes de circulação nos custos com a saúde.

A partir da análise dos indicadores acima apresentados pode-se concluir que, durante estes vinte e dois meses, o Governo conseguiu transmitir um forte sinal de consolidação do equilíbrio macroeconómico, enquanto uma das condições para que sejam prosseguidos os novos níveis de crescimento da economia.

No entanto, num ambiente de crescente nível de restrição do acesso às diferentes fontes de financiamento - bilaterais e multilaterais -, a função do Estado na promoção de novas oportunidades de investimento (público e privado), ficou condicionada face às expectativas criadas no conjunto das diferentes ações sectoriais que integraram o programa deste Governo.

O destino de São Tomé e Príncipe depende de todos os Santomenses e, sobretudo, do esforço coletivo, de trabalho sério, da nossa capacidade de interpretar o presente e de perspetivar o futuro, de apresentar propostas concretas e responsáveis, de propor medidas de políticas destinadas a garantir as transformações necessárias na sociedade e no nosso Estado, associadas à promoção e melhoria do debate político, sem demagogia barata, centrado nos interesses estratégicos nacionais.

Nenhuma força política, sobretudo a que já exerceu o poder, está isenta da responsabilidade da situação que o País vive hoje.

Quando aceitei o cargo, assumi o compromisso de falar a verdade aos santomenses e foi nessa base que apresentei o estado em que encontrei o País, sem camuflar as dificuldades.

Lembro-me de ter afirmado, na altura, que não seria possível resolver todos os problemas em 18 meses, sobretudo num País onde as carências são imensas com elevados potenciais de frustração social, particularmente no universo juvenil, com conflitos sociais que se vêm arrastando e continuam por resolver, agravados por

dificuldades económicas, pelo desemprego e o aumento da pobreza. Procurei sempre agir nos limites das minhas funções constitucionais na mais estreita observância e respeito pelas competências próprias de cada órgão, sem interferência, e estou pronto para assumir na plenitude as minhas responsabilidades.

Para além da estabilidade e governabilidade política, incumbia ao meu Governo a responsabilidade de mobilizar o País e os parceiros de desenvolvimento para a realização do recenseamento eleitoral que não tinha sido feito e preparar as eleições legislativa, regional e autárquicas. Essas eleições foram realizadas pela primeira vez em simultâneo e com êxito, graças ao concurso dos nossos parceiros e ao empenhamento da Comissão Eleitoral Nacional cujo trabalho pretendo aqui enaltecer na pessoa do seu Presidente.

Hoje há uma nova maioria clara à qual o povo confiou inequivocamente a responsabilidade de governar São Tomé e Príncipe durante os próximos quatro anos. Regozijo-me por ter ficado assim aberto o caminho para a realização das grandes reformas que o País tanto reclama, que espero e desejo que essa nova maioria esteja em condições de realizar. Importa agora, sem ódio e nem rancores, sem ressentimentos e nem triunfalismo, ter a capacidade de mobilizar todos os cidadãos e responsáveis políticos em vez de os dividir, unir esforços para vencer os importantes desafios que a agenda nacional nos reserva para os próximos anos.

Quero reiterar o meu apreço e orgulho pela forma exemplar como uma vez mais fomos capazes de demonstrar ao mundo a nossa maturidade democrática, consubstanciada na realização dessas eleições de forma livre, transparente e justa.

Em nome do Governo, quero reiterar a expressão de todo o nosso reconhecimento a Sua Excelência o Presidente da República pelo inequívoco apoio institucional e pessoal que me foi dado e ao meu Governo no desempenho das minhas funções. Deixo igualmente uma palavra de apreço e de estima pessoal ao Senhor Presidente da Assembleia Nacional, às forças políticas que sustentaram o Governo e às demais instituições públicas e privadas, às forças de defesa e de segurança pelo inestimável contributo para que pudéssemos preservar o ambiente de paz e de democracia ao longo desses vinte e dois meses.

Considerando o conjunto dessas realizações que quisemos, sem ostentação apresentar, resta-nos augurar melhores dias ao bom Povo de S. Tomé e Príncipe que deverá saber em todas as ocasiões garantir a sua independência, defender a sua liberdade e preservar a paz necessária hoje e amanhã.”»

Boletim sobre o processo político em São Tomé e Príncipe

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte.

Para subscrever a este boletim, envie uma mensagem para geral@cipstp.st apenas com a palavra "subscrever" na linha de assunto.

Publicado por:

CIPSTP, Centro de Integridade Pública de São Tomé e Príncipe,
(CP 330) São Tomé www.cipstp.st Tel: +239 99 111 16